PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 007/2026	
ÓRGÃO GERENCIADOR	Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins - TO
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
NUMERO DO PROCEDIMENTO	007/2026
NUMERO DO PROCESSO	373/2026
TIPO DA CONTRATAÇÃO	Menor preço por item
REGIME DE CONTRATAÇÃO	Sistema de registro de preços
MODO DE DISPUTA	Aberto
BASE LEGAL	Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

RETIRADA DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS, EXAME, E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO
A retirada do edital poderá ser realizada pelos seguintes meios: www.auroradotocantins.to.gov.br, https://licitanet.com.br ou diretamente da sede da Prefeitura Municipal no endereço: Praça Zuza Tavares, Centro, Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins. Os esclarecimentos e exame serão através do e-mail: licitacao@auroradotocantins.to.gov.br ou pelos telefones (63) 3658-1466. Já a realização do pregão ocorrerá no site: https://licitanet.com.br .

OBJETO DA LICITAÇÃO
Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços e locação estruturas de eventos, com fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários para a realização de eventos oficiais do Município de Aurora do Tocantins – TO.

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO
Dia 09/09/2026 às 09h00min (nove horas).

Torna-se público para o conhecimento dos interessados, que, o município de Aurora do Tocantins - TO, através da comissão de contratação, sediada á Praça Zuza Tavares, Centro, CEP: 77325-000 Aurora do Tocantins – TO, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, sob regime de execução indireta, nos termos da base legal constante nas preliminares deste, e as exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro para contratação de empresa especializada na prestação de serviços e locação estruturas de eventos, com fornecimento de mão de obra e equipamentos necessários para a realização de eventos oficiais do Município de Aurora do Tocantins – TO, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. As quantidades constantes no termo de referência são apenas estimativas, podendo a Administração não contratar a totalidade das mesmas.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação, conforme definido abaixo:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DESPESA							
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJ. /ATIV.**	**CLASSIFICAÇÃO**	**FONTE**
10	003	04	122	0052	2.004	3.3.90.39	1.5000

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. Acompanhar os trabalhos da Equipe de Planejamento e Contratação;

4.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

4.1.3. Abrir as propostas de preços;

4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

4.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;

4.1.8. Declarar a vencedora;

4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

4.1.10. Elaborar a ata da sessão;

4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. No termo de referência (anexo I), aponta os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.5. Não poderão disputar esta licitação:

5.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8. O disposto nos itens 5.5.2 e 5.5.3 não impede a licitação ou a contratação do fornecimento que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.11. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam

a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site https://licitanet.com.br.

5.12. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.13. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.14. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Leis Federais nº 14.133/2021.

5.16. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

5.17. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

5.18. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Aurora do Tocantins – TO, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

5.19. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.20. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: https:www.licitanet.com.br.;

5.21. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.22. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Aurora do Tocantins – TO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.23. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.24. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5.25. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

5.26. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

5.27. **A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

5.28. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços.

5.29. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

5.30. **Não poderão participar desta licitação interessados**:

5.30.1. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.30.2. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

5.30.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.30.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.30.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação. É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a

participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

5.30.6. Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para verificação das condições definidas nesta alínea, a Comissão do Pregão, promoverá a consulta eletrônica junto aos cadastros relacionado nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.5;

5.30.7. Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins – TO;

5.30.8. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.30.9. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https: www.licitanet.com.br.

6.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.1.3. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

6.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (https:www.licitanet.com.br.), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da sessão pública, **horário de Brasília**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

7.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.3. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pela Agente de Contratação (a).

7.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

7.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas.

7.6. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

7.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.12. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.13. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.13.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

7.13.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.13.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.14. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.15.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.15.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.16. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.19. A sessão não poderá ser suspensa por desconexão do licitante, os atos poderão ser revistos dês que não seja um erro comprovado do Licitanet.

7.20. Na situação em que o pregoeiro não se manifeste no chat por 2 (duas) horas sem motivação, por falha na conexão eu qualquer situação que o impeça de dar

andamento ao certame, a sessão será suspensa e reaberta no 1º dia útil, no mesmo horário da abertura da sessão informada no preambulo.

8. DO CONTEUDO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;
8.1.2. Marca;
8.1.3. Fabricante;
8.1.4. **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7.1. *O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.*

8.7.2. *Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;*

8.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis

e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 7.1 do edital.

9.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Agente de Contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ.

9.8. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.9. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pela Agente de Contratação.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site https:www.licitanet.com.br, conforme Edital.

10.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência.

10.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

10.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.9. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

10.12. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Agente de Contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

10.13. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

10.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

10.15. O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

10.17. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.18. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

10.19. **Nos casos específicos**, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

10.19.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações.

10.19.2. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

10.19.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.19.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.19.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.20. O disposto no item 10.19 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.21. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.21.1. Produzidos no País;

10.21.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.21.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 5º da Lei nº 14.133/21);

10.21.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

10.21.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

11.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.6. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Agente de Contratação.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6.4. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.6.5. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.6.6. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.6.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.6.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.6.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.7. No julgamento das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não

sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

11.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar que deverá ser enviado após apertura de prazo de 2 (duas) horas sob pena de inabilitação, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

12.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

12.1.4. No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou Site: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf.

12.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “10.1.1”, “10.1.2” e “10.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.6. A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, são recomendação do TCU (Acórdão nº 1.193/2011– Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

12.1.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.10. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de

2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.1.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.1.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.1.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.1.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.1.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

12.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada, documentos que comprovem os requisitos legais para a **Habilitação Jurídica**, **Qualificação Econômico – Financeira**, **Regularidade Fiscal e Trabalhista, *Qualificação Técnica***.

12.3. Para **Habilitação jurídica** deverá apresentar um dos documentos relacionados abaixo, conforme o caso concreto do proponente**.**

12.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

12.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.4. Para **comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista** deverá apresentar todos os documentos relacionados abaixo**.**

12.4.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial competente, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

12.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ao qual o documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

12.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (BIC), relativo ao domicilio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo, bem como compatível com o objeto licitado, válido e em dia;

12.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional;

12.4.5. Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos estadual, relativamente à sede ou domicílio do proponente;

12.4.6. Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos municipal, relativamente à sede ou domicílio do proponente;

12.4.7. Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

12.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.5. Para **Qualificação econômico-financeira** deverá apresentar todos os documentos relacionados abaixo**.**

12.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência.

12.6. **As empresas, deverão comprovar, ainda, a Qualificação Técnica, por meio de:**

12.6.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida da sua assinatura, tratando-se de pessoa de direito privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos objeto desta licitação, devendo, esse(s) atestado(s), conter(em), no mínimo, a identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação do licitante, descrição clara dos produtos fornecidos, sendo que, as informações que não constarem dos respectivos atestados deverão ser complementadas por meio cópia autenticada de instrumento de contrato ou nota fiscal.

12.7. **Documentos complementares.**

12.7.1. Declaração de que se encontra inserido nos dispostos do inciso I ou II, conforme o caso, do artigo 3º da lei complementar n.º 123/2006, de acordo com **ANEXO IV.**

12.7.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021). De acordo com **ANEXO V**

12.7.3. Apresentar ainda declaração de elaboração independente da proposta**,** de acordo com **ANEXO VI.**

12.7.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, de acordo com **ANEXO VII.**

12.7.5. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, de acordo com **ANEXO VIII.**

12.7.6. Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de qualquer esfera administrativa, de acordo com **ANEXO IX.**

12.7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com **ANEXO X.**

12.7.8. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. De acordo com **ANEXO XI**

12.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Agente de Contratação(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.13. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.14. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.16. Para fins de habilitação, o Agente de Contratação poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.17. No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado no "chat" e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

12.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

12.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 141º da Lei nº 14.133/21).

13.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.5. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DOS RECURSOS.

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) da Agente de Contratação pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento de recurso, pela Agente de Contratação, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, bem como através do portal da transparência do município.

15.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

15.6. O resultado do recurso será divulgado através do endereço eletrônico: http:// www.auroradotocantins.to.gov.br.

16. DA REABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA

16.1. A seção de julgamento oriundo desta licitação poderá ser reaberta nas seguintes situações:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta por meio do sistema eletrônico ("chat").

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

18.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

19. DO TERMO DE CONTRATO

19.1. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

19.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. O prazo para assinatura do contrato previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

19.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

19.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

19.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas a as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.7. Poderá o órgão gerenciador e participantes, inclusive até o último dia de vencimento da ARP (ata de registro de preços) contratar o saldo remanescente da referida ARP, inclusive estipular o vencimento do contrato para até 12 meses.

19.8. O prazo de vigência da contratação será de até 12 meses.

20. DO PREÇO

20.1. O preço será fixado e irreajustável, salvo as condições previstas na Lei Federal 14.133/21.

21. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, bem como após a autorização e aceite do bem pelo órgão concedente do convênio.

23.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.5. Antes de cada pagamento à contratada, a contratante poderá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por e-mail, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

23.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

23.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável conforme o caso.

23.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

24.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

24.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

24.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

24.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

24.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

24.1.5. fraudar a licitação

24.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

24.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. advertência;

24.2.2. multa;

24.2.3. impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

24.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

24.3.2. as peculiaridades do caso concreto

24.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

24.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

24.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

24.4.1. Para as infrações previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

24.4.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

24.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

24.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 24.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

24.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

25.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.auroradotocantins.to.gov.br/.

25.3. Caberá a Agente de Contratação, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

25.6. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais ao setor demandante de licitação.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

25.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Agente de Contratação em contrário.

26.3. Todas as referências de (**tempo/horário)** no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. É facultada a Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

26.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.6. O Agente de Contratação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2°, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

26.7. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.9. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

26.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins – TO.

26.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

26.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, www.auroradotocantins.to.gov.br, e www.licitanet.com.br, ou ainda poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo deste, nos dias úteis, no horário das **08hs:00min** às **14hs:00min**.

26.16. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão constante no preâmbulo deste, nos dias úteis, no horário das **08hs:00min** às **14hs:00min**.

26.17. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 176°, parágrafo único II, da Lei n° 14.133, de 2021, quere seja de 0,50 (cinquenta centavos de real) por página impressa.

26.18. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

26.19. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

26.20. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Agente de Contratação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

26.21. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

26.22. As decisões da Agente de Contratação serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: http:// www.auroradotocantins.to.gov.br.

26.23. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

26.24. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município Aurora do Tocantins – TO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

26.25. Para atender a seus interesses, o Município de Aurora do Tocantins – TO poderão alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal n 14.133/21.

26.26. O Município de Aurora do Tocantins – TO poderão prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

26.27. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e Decreto 11.462 de 31 de março de 2026.

26.28. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da comarca de Porto Nacional - TO, com exclusão de qualquer outro.

27. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTES ANEXOS:

27.1. ANEXO I - Termo de Referência;

27.2. ANEXO II - Minuta da ata de registro de preços;

27.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

27.4. ANEXO IV – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

27.5. ANEXO V – Cumprimento dos requisitos da habilitação e aceite das condições do edital;

27.6. ANEXO VI – Declaração de elaboração independente de proposta;

27.7. ANEXO VII – Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

27.8. ANEXO VIII – Declaração que não emprega menor;

27.9. ANEXO IX - Declaração do quadro societário;

27.10. ANEXO X - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

27.11. ANEXO XI - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal.

Aurora do Tocantins – TO, 24 de agosto de 2026.

Edson Neiva da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE REFERÊNCIA – PROCESSO 373/2026

1. ÓRGÃO GERENCIADOR

1.1. Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins – TO.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa para locação de palco, sonorização, iluminação, gerador, banheiros, tendas, e outras estruturas complementares para atender o município de Aurora do Tocantins – TO, Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.

3. JUSTIFICATIVA DO OBJETO E DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação se faz necessária para garantir a adequada realização dos eventos oficiais promovidos pela Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins – TO, constantes no calendário cultural, turístico, esportivo e religioso do município, tais como: Réveillon, Carnaval, Cavalgada Ecológica, Temporada de Praia no Balneário Dourado, Aniversário da Cidade, Festejo da Padroeira, Rodeio e Campeonato Municipal de Futebol.

3.2. Esses eventos possuem grande relevância para a comunidade local, bem como para o fortalecimento do turismo, cultura, lazer e da economia da cidade, atraindo visitantes de toda a região e promovendo a valorização das tradições e da identidade local.

3.3. Para a realização desses eventos, é indispensável a contratação de empresa especializada que possa fornecer, com qualidade e segurança, toda a infraestrutura necessária, incluindo palco, sonorização, iluminação, gerador de energia, banheiros químicos, tendas, camarins, grades de contenção e demais estruturas complementares, além da mão de obra técnica especializada para montagem, operação e desmontagem.

3.4. A Prefeitura Municipal não dispõe dos equipamentos, recursos humanos e estrutura técnica para atender às exigências desses eventos de forma direta, tornando imprescindível a contratação de empresa do setor privado com comprovada experiência e capacidade técnica.

3.5. Da justificativa para adoção do sistema de registro de preços (srp)

3.5.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mostrando-se como a modelagem mais vantajosa, eficiente e econômica para a Administração Pública Municipal no caso concreto.

3.5.2. O objeto desta contratação engloba a locação de estruturas para múltiplos eventos oficiais distribuídos ao longo de todo o ano (tais como Réveillon, Carnaval, Temporada de Praia, Festejos, Rodeio, entre outros), gerando uma necessidade de fornecimento que é inerentemente parcelada e sazonal.

3.5.3. A modelagem por SRP justifica-se pelas seguintes razões técnicas e administrativas:

a) Impossibilidade de aquisição/contratação única global: Como os eventos ocorrem em datas espaçadas no calendário anual, seria inviável e antieconômico firmar um contrato tradicional com obrigação de execução imediata de todo o objeto;

b) Eficiência e celeridade administrativa: O registro de preços evita a abertura de múltiplos e

repetitivos processos licitatórios a cada novo evento planejado, reduzindo custos operacionais e garantindo que o município tenha a infraestrutura disponível em tempo hábil para cada festividade;
c) Otimização orçamentária e financeira: A administração não fica vinculada à obrigação de contratar a totalidade dos itens registrados de imediato, realizando as contratações e os empenhos de forma gradual, de acordo com a confirmação de cada evento e com a real disponibilidade orçamentária;
d) Flexibilidade logística: Permite que os quantitativos e itens específicos de sonorização, iluminação e tendas sejam requisitados conforme o porte real que cada evento demandar no momento de sua organização, evitando desperdício de recursos públicos.

4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

ÓRGÃO	UNID.	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ./ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
10	03	04	122	0052	2004	3.3.90.39	1.500.0000.000000

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

REVEILLON – EVENTO 3 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona PVC Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	18
Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padrão Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De AR Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	3
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	18
Grades Disciplinadoras	MTS	50
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	3

Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	3
Painel De Led 4x9- Full Color Smd Digital De Alto Brilho E Entrada Usb Com Programação De Vídeos, Fotos, Gif's E Imagens De Uso Indoor. Tecnologia: High Brightness Led - Índice De Proteção: Ip20 Indoor - Modelo: Pf200x100i C-V - Controladora: C-V - Conexão: Usb - Peso: 40kg - Controle: Via Software Com Programação Em Pen Drive configuração De Brilho: 2000- 6000cd/M2 - Ângulo De Visão: 120 Graus Angular - Suporta: Textos, Fotos, Gif, Flash E Vídeo - Formatos De Vídeo Suportados: Mp4, Vob, Mpg, Mpeg, Dat, Avi, Wmv, Asf, Rm, Rmvb, 3gp, Flv, F4v, Mkv - Software Atua	DIÁRIA	3
Palco Tipo 2 - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	3
Sistema De Iluminação Para GRANDE Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	3
Sistema De Sonorização Tipo 4 (Grande Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 48 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	6
Tenda Tipo Túnel - Tenda 15 X 40 Em Estrutura De Alumínio Em Ground Q30 Cobertura Lonil Anti Chamas, Pé Direito 5 Metros E No Meio 6 Metros.	DIÁRIA	3
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	36
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	3

Locação de stands medindo 3x3: Octanorm E Chapas Padrao Ts; com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	30

CARNAVAL – EVENTO 4 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona PVC Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	40
Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padra o Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	4
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	20
Grades Disciplinadoras	MTS	50
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	4
Painel De Led 4x9- Full Color Smd Digital De Alto Brilho E Entrada Usb Com Programação De Vídeos, Fotos, Gif's E Imagens De Uso Indoor. Tecnologia: High Brightness Led - Índice De Proteção: Ip20 Indoor - Modelo: Pf200x100i C-V - Controladora: C-V - Conexão: Usb - Peso: 40kg - Controle: Via Software Com Programação Em Pen Drive configuração De Brilho: 2000- 6000cd/M2 - Ângulo De Visão: 120 Graus Angular - Suporta: Textos, Fotos, Gif, Flash E Vídeo - Formatos De Vídeo Suportados: Mp4, Vob, Mpg, Mpeg, Dat, Avi, Wmv, Asf, Rm, Rmvb, 3gp, Flv, F4v, Mkv - Software Atua	DIÁRIA	4
Palco Tipo 2 - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	4
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	48

Sistema De Iluminação Para GRANDE Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	4
Sistema De Sonorização Tipo 3 - (Medio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	4
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	12
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	4

TEMPORADA DE PRAIA NO BALNEARIO DOURADO – EVENTO DE 3 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	30

Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padrão Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	3
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	18
Fechamentos Estruturados Em Ferro Metalon Na Altura De 2 Metros Fechados Em Chapa 18 E Corrugados Na Cor Prata, Apoios De Sustentação Em 45 Graus (Mão Francesa) Para Apoio E Fixação.	MTS	200
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	3
Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico Sem Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	360
Palco Tipo 2 - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	3
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	36
Serviço De Brigadista – Contratação De Brigadista	DIÁRIA	12
Sistema De Iluminação Para grande Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	3
Sistema De Sonorização Tipo 3 - (Medio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3

Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	3
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	3
Tenda Tipo Tunel - Tenda 15 X 40 Em Estrutura De Alumínio Em Ground Q30 Cobertura Lonil Anti Chamas, Pé Direito 5 Metros E No Meio 6 Metros.	DIÁRIA	3
Locação de stands medindo 3x3: Octanorm E Chapas Padrao Ts; com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	30

FESTEJO DA PADROEIRO DA CIDADE – EVENTO 3 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	30
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	24
Grades Disciplinadoras	MTS	50
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, Silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	3

Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	3
Palco Tipo 2 - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	3
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	36
Serviço De Brigadista – Contratação De Brigadista	DIÁRIA	12
Sistema De Iluminação Para grande Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	3
Sistema De Sonorização Tipo 3 - (Medio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	3
Locação de stands medindo 3x3: Octanorm E Chapas Padrao Ts; com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	30

CAVALGADA ECOLOGICA – EVENTO 1 DIA

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE

Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteçãouv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	4
Sistema De Iluminação Para Pequenos Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	1
Sistema De Sonorização Tipo 2 (Pequeno Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 16 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	1
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	2
Palco Tablado	DIÁRIA	1
Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico Sem Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	200
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	6
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	1
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	1
Grades Disciplinadoras	MTS	50
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	12

ANIVERSARIO DA CIDADE – EVENTO 2 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE

Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteçãouv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	12
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	12
Grades Disciplinadoras	MTS	50
Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico com Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	200
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	18
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	2
Sistema De Iluminação Para Pequenos Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	2
Sistema De Sonorização Tipo 2 (Pequeno Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 16 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	2
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	6
Palco Tablado	DIÁRIA	2
Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	2

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

CAMPEONATO MUNICIPAL – DIVIDO NO JOGOS FINAIS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteçãouv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	10
Sistema De Sonorização Tipo 1 Palestra/Reunião - Locação De Som Pa (Line Array) 8 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	8
Palco Tablado	DIÁRIA	3
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	4

RODEIO – EVENTO DE 3 DIAS

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QUANTIDADE
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteçãouv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	30
Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padrão Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	3
Banheiro - Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	18
Fechamentos Estruturados Em Ferro Metalon Na Altura De 2 Metros Fechados Em Chapa 18 E Corrugados Na Cor Prata, Apoios De Sustentação Em 45 Graus (Mão Francesa) Para Apoio E Fixação.	MTS	200

Grupo Gerador De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, Silenciado 90 Db A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	3
Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico Sem Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	240
Palco Tipo 2 - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	3
Profissional De Segurança Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	36
Serviço De Brigadista – Contratação De Brigadista	DIÁRIA	12
Sistema De Iluminação Para Pequenos Eventos: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	3
Sistema De Sonorização Tipo 3 - (Medio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3
Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	3
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	3
Locação de stands medindo 3x3: Octanorm E Chapas Padrao Ts; com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	30

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

EVENTOS DIVERSOS (FEIRA CULTURAL, FEIRA DO EMPREENDEDOR, FESTA JUNINA, PROGRAMAÇÃO DE FERIAS DE JULHO, NATAL, DIA DAS MÃES, DIAS DOS PAIS).

DESCRIÇÃO ITEM	UND	QTDE
Palco Pequeno Tablado	DIÁRIA	10
Serviço De Locução - Locutor	DIÁRIA	10
Sistema De Sonorização Tipo 1 Palestra/Reunião - Locação De Som Pa (Line Array) 8 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	8
Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	5
Tenda - Dimensão De 10 X 10 M Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	12

6. RECEBIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

6.1. Iniciar a **montagem das estruturas com antecedência mínima de 24 a 48 horas** do início de cada evento, conforme escala definida pela Administração

6.2. Garantir que **toda a infraestrutura esteja completamente montada, testada e em pleno funcionamento até 4 (quatro) horas antes do início oficial** de cada evento

6.3. Manter equipe técnica de **plantão durante todo o evento,** garantindo suporte imediato em caso de falhas ou necessidades operacionais

6.4. Realizar a **desmontagem e retirada completa** dos equipamentos e estruturas no prazo máximo de **48 horas após o término de cada evento,** ou conforme determinação da gestão municipal.

6.5. Os serviços deverão ser executados **nos locais indicados pela Prefeitura**, conforme o planejamento e a logística de cada evento.

7. VALOR ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UND	QTDE	ESTIMADO	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	**Tenda - Dimensão De 10 X 10**: Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona PVC Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	186	R$ 1.230,00	R$	228.780,00
2	**Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padrao Ts**; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	13	R$ 7.333,33	R$	95.333,33
3	**Banheiro -** Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	116	R$ 410,00	R$	47.560,00
4	**Fechamentos Estruturados:** Em Ferro Metalon Na Altura De 2 Metros Fechados Em Chapa 18 E Corrugados Na Cor Prata, Apoios De Sustentação Em 45 Graus (Mão Francesa) Para Apoio E Fixação.	MTS	400	R$ 62,33	R$	24.933,33
5	**Grades Disciplinadoras**	MTS	250	R$ 48,33	R$	12.083,33
6	**Grupo Gerador** De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 DB A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm^2, Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	19	R$ 5.233,33	R$	99.433,33

7	**Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado**: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	12	R$ 5.566,67	R$	66.800,00
8	**Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas**, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico Sem Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	1000	R$ 22,67	R$	22.666,67
9	**Locação de stands medindo 3x3:** Octanorm E Chapas Padrao Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada um Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	120	R$ 2.308,33	R$	227.000,00
10	**Painel De Led 4x9**- Full Color Smd Digital De Alto Brilho E Entrada Usb Com Programação De Vídeos, Fotos, Gif's E Imagens De Uso Indoor. Tecnologia: High Brightness Led - Índice De Proteção: Ip20 Indoor - Modelo: Pf200x100i C-V - Controladora: C-V - Conexão: Usb - Peso: 40kg - Controle: Via Software Com Programação Em Pen Driveconfiguração De Brilho: 2000- 6000cd/M2 - Ângulo De Visão: 120 Graus Angular - Suporta: Textos, Fotos, Gif, Flash E Vídeo - Formatos De Vídeo Suportados: Mp4, Vob, Mpg, Mpeg, Dat, Avi, Wmv, Asf, Rm, Rmvb, 3gp, Flv, F4v, Mkv - Software Atua	DIÁRIA	7	R$ 6.233,33	R$	43.633,33
11	**Palco Tipo 2** - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	16	R$ 17.333,33	R$	277.333,33
12	**Palco Pequeno Tablado**	DIÁRIA	16	R$ 4.500,00	R$	72.000,00
13	**Profissional De Segurança** Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	222	R$ 323,33	R$	71.780,00

14	**Serviço De Brigadista** – Contratação De Brigadista	DIÁRIA	36	R$ 313,33	R$ 11.280,00
15	**Serviço De Locução** - Locutor	DIÁRIA	29	R$ 2.250,00	R$ 65.250,00
16	**Sistema De Iluminação Para Pequenos Eventos**: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	6	R$ 10.333,33	R$ 62.000,00
17	**Sistema De Sonorização Tipo 1 Palestra/Reunião** - Locação De Som Pa (Line Array) 8 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	16	R$ 6.233,33	R$ 99.733,33
18	**Sistema De Iluminação Para grande Eventos**: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	13	R$ 16.833,33	R$ 218.833,33
19	**Sistema De Sonorização Tipo 2 (Pequeno Porte)** - Locação De Som Pa (Line Array) 16 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3	R$ 10.166,67	R$ 30.500,00

20	**Sistema De Sonorização Tipo 3** - (Médio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	13	R$ 15.400,00	R$	200.200,00
21	**Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais**, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	35	R$ 526,67	R$	18.433,33
22	**Tenda Tipo Tunel - Tenda 15 X 40** Em Estrutura De Alumínio Em Ground Q30 Cobertura Lonil Anti Chamas, Pé Direito 5 Metros E No Meio 6 Metros.	DIÁRIA	6	R$ 26.666,67	R$	160.000,00
23	**Sistema De Sonorização Tipo 4 (Grande Porte) -** Locação De Som Pa (Line Array) 48 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3	R$ 22.333,33	R$	67.000,00

O valor estimado para contratação dos itens objeto deste termo foi obtido através de pesquisa de mercado, conforme previsto na lei 14.133 de 2021, no montante de R$ 2.272.566,67 (dois milhões duzentos e setenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete sentavos).

7.1. Em conformidade com o disposto no acórdão do tcu n.º 1888/2010 –

plenário e acórdão do tcu n.º 2080/2012-plenário, a disponibilização às licitantes das informações afetas aos preços unitários de referência, e dar-se-ão apenas após a fase de lances.

7.2. Forma de julgamento;

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	UND	QTDE	ESTIMADO VALOR TOTAL
1	**Tenda - Dimensão De 10 X 10**: Com Laterais, Modelo Piramidal, Construída Em Lona PVC Antichamas Com Proteção UV. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	186	AMPLA CONCORRÊNCIA
2	**Locação De Camarim De Octanorm E Chapas Padrao Ts**; Com 2,70m De Altura, O Teto Do Camarim Devera Ser Fechado, Cada Camarim Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço Mobiliário/Equipamentos De Cada Camarim: 01 Geladeira/Frigobar, 01 Espelho Corpo Inteiro, 01 Mesa Redonda	DIÁRIA	13	AMPLA CONCORRÊNCIA
3	**Banheiro -** Montagem, Manutenção Diária E Desmontagem, Em Polietileno Ou Material Similar, Com Teto Translucido, Caixa De Dejetos, Porta Papel Higiênico, Fechamento Com Identificação De Ocupado, Para Uso Do Público Em Geral.	DIÁRIA	116	COTA RESERVADA ME/EPP
4	**Fechamentos Estruturados:** Em Ferro Metalon Na Altura De 2 Metros Fechados Em Chapa 18 E Corrugados Na Cor Prata, Apoios De Sustentação Em 45 Graus (Mão Francesa) Para Apoio E Fixação.	MTS	400	COTA RESERVADA ME/EPP
5	**Grades Disciplinadoras**	MTS	250	COTA RESERVADA ME/EPP

6	**Grupo Gerador** De 260kva's, Trifásico, 380/220 Volts, silenciado 90 DB A 5m De Distância, Chave Reversora, Caixas De Passagens, 100 Metros De Cabos Anti- Chamas, Para Cada "Fase" E Para O "Neutro", Sendo A Bitola Mínima De 95mm², Com Pontas Devidamente Demarcadas E Terminais Compatíveis Com O Equipamento. Os Cabos Não Deverão Ter Emendas Ou Remendos E Devem Estar Em Bom Estado De Conservação; Com Combustível. Incluso Técnico Operador, Operando Do Início Ao Fim Do Evento Diariamente.	DIÁRIA	19	AMPLA CONCORRÊNCIA
7	**Locação De Banheiro De Luxo Stand Climatizado**: Locação, Montagem E Desmontagem De Banheiro Luxo Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus Em Octanorm, Paredes Com Painéis Em Ts Dupla Face Branco Com 4mm De Espessura, Emoldurados Por Perfis Octogonais, Travessas Em Cor Natural Leitosa De Alumínio Adonisados, Medindo 08x08 Metros, Divididos Em 10 Cabines Com 10 Vaso Com Descarga Acoplada, Com 04 Pia Com 04 Cuba E 02 Espelho, 12 Lixeiras, 04 Reservatório De Sabonete Líquido, 02 Porta Papel Toalha, Porta Papel Higiênico Com Reposição Dos Insumos. Climatizado Com 06 Ar Condicionado Split 18.000 Btus.	DIÁRIA	12	COTA RESERVADA ME/EPP
8	**Mesas Em Plástico Resistente Para Quatro Pessoas**, Tipo Quadrada Na Cor Branca E Cadeiras Em Plástico Sem Braço E Na Cor Branca, Resistente Até 120 Kg.	DIÁRIA	1000	COTA RESERVADA ME/EPP
9	**Locação de stands medindo 3x3:** Octanorm E Chapas Padrao Ts; Com 2,70m De Altura, O Teto Do stand Devera Ser Fechado, Cada um Deverá Dispor De Rede Elétrica Incluindo A Instalação De Ao Menos Três Tomadas E De Iluminação Adequada Ao Espaço.	DIÁRIA	120	AMPLA CONCORRÊNCIA

10	**Painel De Led 4x9**- Full Color Smd Digital De Alto Brilho E Entrada Usb Com Programação De Vídeos, Fotos, Gif's E Imagens De Uso Indoor. Tecnologia: High Brightness Led - Índice De Proteção: Ip20 Indoor - Modelo: Pf200x100i C-V - Controladora: C-V - Conexão: Usb - Peso: 40kg - Controle: Via Software Com Programação Em Pen Driveconfiguração De Brilho: 2000- 6000cd/M2 - Ângulo De Visão: 120 Graus Angular - Suporta: Textos, Fotos, Gif, Flash E Vídeo - Formatos De Vídeo Suportados: Mp4, Vob, Mpg, Mpeg, Dat, Avi, Wmv, Asf, Rm, Rmvb, 3gp, Flv, F4v, Mkv - Software Atua	DIÁRIA	7	COTA RESERVADA ME/EPP
11	**Palco Tipo 2** - Palco Duas Águas Em Q30 Ou Similar, Medindo 12x10m (12m De Frente Por 10 De Comprimento) Com Proscênio (Extensão Frontal Para Público)	DIÁRIA	16	AMPLA CONCORRÊNCIA
12	**Palco Pequeno Tablado**	DIÁRIA	16	COTA RESERVADA ME/EPP
13	**Profissional De Segurança** Desarmada Credenciada Para O Evento	DIÁRIA	222	COTA RESERVADA ME/EPP
14	**Serviço De Brigadista** – Contratação De Brigadista	DIÁRIA	36	COTA RESERVADA ME/EPP
15	**Serviço De Locução** - Locutor	DIÁRIA	29	COTA RESERVADA ME/EPP
16	**Sistema De Iluminação Para Pequenos Eventos**: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	6	COTA RESERVADA ME/EPP
17	**Sistema De Sonorização Tipo 1 Palestra/Reunião** - Locação De Som Pa (Line Array) 8 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	16	AMPLA CONCORRÊNCIA

18	**Sistema De Iluminação Para grande Eventos**: Par Led Rgbwa 3 Watts; 04 Moving Head Beam 5r, 7r (Sharpp, Prolightouequivalente); 01 Máquina De Fumaça (Com Exaustor/Ventilador); 12 Canais De Rack De Dimmer Com 6 Canais Pro Power; Cabeamento Completo; 01 Técnicos De Iluminação Para Acompanhamento E Operação Do Sistema.	DIÁRIA	13	AMPLA CONCORRÊNCIA
19	**Sistema De Sonorização Tipo 2 (Pequeno Porte)** - Locação De Som Pa (Line Array) 16 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3	COTA RESERVADA ME/EPP
20	**Sistema De Sonorização Tipo 3** - (Médio Porte) - Locação De Som Pa (Line Array) 32 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	13	AMPLA CONCORRÊNCIA
21	**Tenda - Dimensão De 05 X 05 M Com Laterais**, Modelo Piramidal, Construída Em Lona Pvc Antichamas Com Proteção Uv. Estrutura Metálica De 1.1/2 - P/18, Preferencialmente De Cor Branca.	DIÁRIA	35	COTA RESERVADA ME/EPP
22	**Tenda Tipo Tunel - Tenda 15 X 40** Em Estrutura De Alumínio Em Ground Q30 Cobertura Lonil Anti Chamas, Pé Direito 5 Metros E No Meio 6 Metros.	DIÁRIA	6	AMPLA CONCORRÊNCIA

23	**Sistema De Sonorização Tipo 4 (Grande Porte) -** Locação De Som Pa (Line Array) 48 Graves (Com 4 Vias) Com Torre De Delay De 8 Graves. Essas Torres Devem Ser Montadas Com As Mesmas Caixas Do Sistema De Pa. Mesas Digitais Ls9 Ou Superior- Cabeamento, Multicabo, Direct Box, Microfones, Pedestais, Praticáveis E Sidesfill/Monitores Retornos E Etc. Tudo Par Atender As Bandas. Obs. A Empresa Vencedora Deverá Apresentar Um Responsável Técnico/ Engenheiro Elétrico.	DIÁRIA	3	AMPLA CONCORRÊNCIA

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar a prestação dos serviços licitados, conforme Solicitação da Secretaria Competente, nos locais indicados pela mesma.

8.2. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

8.3. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;

8.4. Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;

8.5. Responsabiliza-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

8.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA, quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

9.2. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente;

9.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

9.4. Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas na licitação, no contrato e Proposta da empresa;

9.5. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de preposto por ela credenciada.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica que comprove (m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida da sua assinatura, tratando-se de pessoa de direito privado, que comprove (m) o fornecimento satisfatório dos produtos objeto deste termo.

11.2. Requisitos Técnicos - Fornecimento de todos os equipamentos e estruturas, em perfeito estado de conservação e funcionamento, incluindo:

- Palco com estrutura metálica e cobertura, piso antiderrapante, escadas e proteção lateral, com dimensões adequadas a cada evento;
- Sistema completo de sonorização compatível com o porte do evento e o público estimado;
- Sistema de iluminação cênica e funcional (palco e ambiente);
- Gerador de energia compatível com a demanda total dos equipamentos utilizados, com combustível incluso;
- Tendas com estrutura resistente e impermeável, com dimensões variadas;
- Banheiros químicos higienizados, com manutenção durante o evento;
- Camarins móveis ou estruturas adaptadas com divisórias, climatização, iluminação e mobiliário básico;
- Grades de contenção e isolamento do público, conforme normas de segurança;

- Demais estruturas complementares necessárias, conforme demanda específica de cada evento.

11.3. Todos os equipamentos e estruturas deverão atender às normas técnicas da ABNT, legislação vigente e boas práticas de segurança.

11.4. A empresa deverá apresentar, quando solicitado, laudos técnicos, ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica), e documentos de conformidade dos equipamentos.

11.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.1.1. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.1.2. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.2. **Multa:**

12.2.2.1. Moratória de 0,05% a 15,00% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.2.2.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.5. a 12.1.6. do item 12.1, de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

12.2.2.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3. do item 12.1, de 0,05% a 15,00 % do valor do Contrato.

12.2.2.4. Para infração descrita no subitem 12.1.2. do item 12.1, a multa será de 0,05% a 15,00%do valor do Contrato.

12.2.2.5. Para infrações descritas no subitem 12.1.4. do item 12.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

12.3. Previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
12.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
12.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
12.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Aurora do Tocantins - TO, 20 de agosto de 2026.

_____

Wenderson Felix Rodrigues
Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº DO PREGÃO: XXX/2026

Nº DO PROCESSO: XXX/2026

Nº DA ATA: XXX/2026

VALIDADE: 12 MESES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, - xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxxxxxxxx, representada pelo (a) seu (a) gestor (a), o (a) Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, Maior, Capaz, portador do RG n°. xxxxxxxxxxx, e do CPF (MF) n°. xxxxxxxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônico, nº XXX/2026, no Sistema de Registro de Preços, processo administrativo n.º XXX/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.1. Fundo Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, - xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxxxxxxxx, representada pelo (a) seu (a) gestor (a), o (a) Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, Maior, Capaz, portador do RG n°. xxxxxxxxxxx, e do CPF (MF) n°. xxxxxxxxxxxxxx.

1.2. Fundo Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, - xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxxxxxxxx, representada pelo (a) seu (a) gestor (a), o (a) Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, Maior, Capaz, portador do RG n°. xxxxxxxxxxx, e do CPF (MF) n°. xxxxxxxxxxxxxx.

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro xxxxxxxxxx, conforme especificação do Termo de Referência anexo I do edital do *Pregão* Eletrônico nº XXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR		XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ Nº XXXXXXX, estabelecido a XXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXX - TO, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. XXXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n° XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX. Contatos – (XX) XXXXX – E-mail: XXXXX.				
ITEM	**UNI**	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**MARCA**	**QTD**	**VLR UNIT.**	**VLR TOTAL**
TOTAL GERAL DA ARP						**R$ XX.XXX,XX**

3.2. A presenta ARP importa no valor total de R$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.3. As quantidades constantes nesta ARP são apenas estimativas, podendo a Administração não adquirir a totalidade das mesmas.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

Dos limites para as adesões

5.6. Os itens das contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências

voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do material registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Aurora do Tocantins – TO, xx de xxxxxxxxx de 2026.

Gestor - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Órgão Gerenciador

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Gestor - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Órgão Participante

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO Nº ……../…., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE AURORA DO TOCANTINS – TO, E A EMPRESA ……

A PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, - xxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxxxxxxxx., representada pelo (a) seu (a) gestor (a), o (a) Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxx, brasileira, maior, capaz, portadora do RG n°. _____, e do CPF (MF) N°. _____, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ...../2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a xxxxxxxxxxxxxxxx

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
					TOTAL GERAL	**R$ XX.XXX,XX**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

2.2. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do órgão contratante, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ./ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, bem como após a autorização e aceite do bem pelo órgão concedente do convênio.

4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5 Antes de cada pagamento à contratada, a contratante poderá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

4.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por e-mail, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

4.9 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

4.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável conforme o caso.

4.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ***(DD/MM/AAAA)*.**

5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

5.9 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.10 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLAÚSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização desta contratação será exercida por um representante nomeado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do contrato deverão ser solicitadas ao gestor do órgão, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações da CONTRATANTE:

7.1 São obrigações do Contratante:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.11 A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias com efeito retroativo a data do pedido.

7.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da CONTRATADA:

7.16 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.17 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.18 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.19 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.20 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.21 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.22 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

7.24 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entraga.

7.25 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.26 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.27 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

7.28 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.29 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.30 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.31 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

7.32 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

7.33 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.34 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv)**Multa:**

(1) Moratória de 0,05% a 15,00% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 8.1, de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 8.1, de 0,05% a 15,00 % do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 8.1, a multa será de 0,05% a 15,00%do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 8.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 8.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

8.3 previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia

prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA NOVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

9.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

9.4 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.5 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.6 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

9.7 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

9.8 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.8.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.8.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.8.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.9.1.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.9.1.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.9.1.3 Indenizações e multas.

9.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

11.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

11.2 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

11.3 É eleito o Foro da comarca de Porto Nacional – TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

11.4 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de Aurora do Tocantins – TO

Contratante

Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratado

TESTEMUNHAS:

1-_____

CPF:_____

2-_____

CPF:_____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

A empresa....., CNPJ nº ....., com sede à ....., neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de ( ) Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local, data e assinatura

_____

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

ANEXO V

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E ACEITE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede à ....., neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO nº xxx/2026, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório da referida licitação.

Local, data e assinatura.

_____

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

_____ *(representante do licitante)*, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído de _____ *(identificação do licitante)*, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Município de _____, em ___ de_____ de _____

_____

Proponente

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

Declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, relativamente ao Edital em epígrafe.

_____

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO TOCANTINS - TO
ADM. 2026-2028

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

A empresa_____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº_____, com sede_____, nº____, Bairro_____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr._____, portador do CPF nº_____, DECLARA, para fins do que não emprega menor de 18 (Dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (Dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, ____, de_____, de 2026.

_____

Representante legal

CPF

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

Eu (qualificar) portador do CPF nº (xxxxx), RG nº (xxxxx), representante legal da empresa (citar razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº (descrever o número), declaro que esta empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Município de _____, em ___ de_____ de _____

_____
Proponente

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 62, da Lei nº 14.133/2026

Local, ____ de _____ de 2021.

_____
(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO XI

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

Ref. Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /2026.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:

(Descrição do objeto)

A empresa [nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [XXXXXXXXXXX], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [XXXXXXXXXX], inscrito no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

Local, ____ de _____ de 2026.

_____
(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)